

A Coparentalidade ao Longo do Desenvolvimento dos Filhos: Estabilidade e Mudança no 1º e 6º Ano de Vida

Débora Augustin*

Giana Bitencourt Frizzo*

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil

RESUMO

Coparentalidade se define como o compartilhamento da parentalidade, permeando aspectos como divisão de tarefas, responsabilidades, liderança e apoio entre os pais na criação dos filhos. Este estudo visou pesquisar possíveis mudanças no exercício da coparentalidade em diferentes estágios do desenvolvimento infantil, investigando duas famílias e comparando dois momentos: o primeiro e o sexto ano de vida da criança. Em ambos os momentos se entrevistou os pais e mães sobre a experiência da maternidade/paternidade e sobre o relacionamento conjugal, visando compreender a coparentalidade. Os resultados mostraram que alguns aspectos da coparentalidade tendem a se manter estáveis ao longo do desenvolvimento infantil, como características individuais dos pais, enquanto outros, como divisão de tarefas, podem sofrer transformações em função das diferentes necessidades e habilidades da criança.

Palavras-chave: coparentalidade; família; escola; desenvolvimento.

ABSTRACT

Coparenting Along Child Development: Stability and Change from 1st to 6th Year of Child's Life

Coparenting is defined as the sharing of parenting, for example, in aspects such as division of household chores, responsibilities, leadership and support in relation to parental roles. This study sought to identify possible changes in the exercise of coparenting in different moments of child development, examining two families and comparing two different times: the first and sixth years of the child's life. In both periods interviews about the experience of parenthood and the marital relationship were conducted with fathers and mothers, aiming to understand coparenting. The results indicated that some characteristics of coparenting tend to persist over time, while others may change in the course of child development, according to the different needs and abilities of the child.

Keywords: coparenting; family; school; development.

A coparentalidade pode ser definida como o compartilhamento da parentalidade. Refere-se, portanto, à maneira como os pais se dividem e se apoiam em relação aos papéis parentais, permeando questões de liderança e combinações a respeito de responsabilidades e tarefas relacionadas aos filhos (Frizzo, Kreutz, Schmidt, Piccinini, & Bosa, 2005). O termo coparentalidade se refere tanto à relação entre pais de casamentos ditos “íntactos” quanto à relação que se estabelece após o divórcio. Os primeiros estudos sobre coparentalidade surgiram justamente no contexto de casais divorciados, sendo que a coparentalidade em

famílias íntactas só passou a ser investigada mais tarde (Frizzo et al., 2005). Feinberg (2003) destacou que o termo coparentalidade não implica que os papéis parentais sejam igualmente divididos em termos de autoridade e responsabilidade. O grau de igualdade da relação coparental será acertado em cada caso pelos membros da díade parental, tendo influência, certamente, de seu contexto sociocultural.

Esse mesmo autor propõe quatro componentes básicos da coparentalidade: (1) apoio *versus* depreciação coparental, ou seja, o quanto os pais se apoiam, valorizam e respeitam as competências e contribuições do

* Endereço para correspondência: Débora Augustin – deboraagustin@yahoo.com.br

* Endereço para correspondência: Giana Bitencourt Frizzo – gifrizzo@gmail.com

outro em seu papel parental, e como mantêm suas decisões e autoridade. Ou, em contrapartida, o quanto depreciam um ao outro, através de críticas e menosprezo das funções parentais e da culpabilização; (2) acordo em relação à educação dos filhos, incluindo questões relativas a valores morais, expectativas comportamentais, disciplina, segurança, padrões e prioridades educacionais e necessidades emocionais da criança; (3) divisão do trabalho parental, como tarefas e responsabilidades relacionadas à rotina dos filhos e à manutenção da casa, bem como responsabilidades legais, médicas e financeiras relativas aos filhos. Nesse aspecto, consideram-se também as expectativas e percepções dos pais e a flexibilidade das combinações; (4) e gerenciamento das interações familiares, que se coloca de três formas – o equilíbrio entre as interações dos membros da família, o controle dos pais sobre seus comportamentos e sua comunicação um com o outro, e o estabelecimento de limites sobre aspectos do relacionamento dos pais, que pode tanto excluir os filhos dessa relação, quanto expô-los excessivamente a conflitos interparentais. A coparentalidade não deve ser confundida com parentalidade ou conjugalidade. Esse termo se refere apenas às questões relacionadas aos filhos, motivada pela preocupação com o bem-estar da criança, deve envolver apoio e comprometimento mútuo no exercício da parentalidade não englobando outras dimensões da vida do casal ou de outros subsistemas familiares (Margolin, Gordis, & John, 2001). A relação coparental, portanto, não inclui aspectos românticos, sexuais, emocionais ou financeiros da relação do casal que não se relacionem à criação dos filhos (Feinberg, 2003). Estudos mostram que a coparentalidade exerce uma influência particular no desenvolvimento dos filhos que vai além da influência da relação conjugal ou parental, mostrando que a relação coparental tem um papel importante e diferenciado no sistema familiar (Buckley & Schoppe-Sullivan, 2010). Para diferenciar a coparentalidade da parentalidade e da conjugalidade, cabem alguns esclarecimentos. As principais funções da parentalidade seriam a nutrição, a educação e a socialização dos filhos (Minuchin & Fishman, 1990). A conjugalidade brevemente poderia ser definida como considerando a preocupação com o parceiro, consigo mesmo enquanto cônjuge e com a relação do casal em si. Já um bom funcionamento da coparentalidade englobaria as tarefas da parentalidade, mas também proveria à criança sentimentos de solidariedade e objeti-

vos comuns. Além disso, o pai/mãe podem ser excelentes no manejo com a criança e serem muito responsáveis (características da parentalidade), mas ainda assim podem denegrir o parceiro na frente da criança, possivelmente indicando conflito na coparentalidade (Margolin et al., 2001). Da mesma forma, dificuldades na relação coparental não necessariamente indicam dificuldades no relacionamento conjugal (Feinberg, Kan, & Hetherington, 2007). Nesse sentido, a coparentalidade não pode ser compreendida se forem desconsideradas as demais questões familiares.

FAMÍLIA: RELAÇÕES CONJUGAIS, PARENTAIS E COPARENTAIS

A família, segundo a teoria sistêmica, é um sistema em que cada membro afeta e é afetado pelo comportamento dos demais, processo que tem consequências não só no desenvolvimento de cada indivíduo, mas do sistema como um todo. Para Minuchin (1982), a família é um sistema em transformação, cujo desenvolvimento depende da travessia de certo número de estágios que sempre requerem reestruturação.

O matrimônio, base da constituição da família, não se refere apenas à união de dois indivíduos, mas à modificação de dois sistemas inteiros e uma sobreposição que produz um terceiro subsistema (Carter & McGoldrick, 1995). Assim, a transição da conjugalidade para a parentalidade exige que a família se reorganize e que seus componentes assumam novos papéis distintos, possibilitando, dessa forma, que a família se desenvolva (Carter & McGoldrick, 1995). No entanto, a relação conjugal e a parentalidade são instâncias que estão relacionadas e interferem uma na outra (Braz, Dessen, & Silva, 2005; Erel & Burman, 1995). Isso significa que casais com maior envolvimento afetivo tendem a perceber mais aspectos positivos na transição para a parentalidade, desenvolver interações mais apoiadoras e promover maior envolvimento paterno (Menezes & Lopes, 2007). Aspectos da conjugalidade como capacidade de adaptação às mudanças, conexão emocional, nível de conflito e satisfação do casal estão relacionados também com a responsividade parental e, em parte, com a exigência com os filhos (Mosmann & Wagner, 2008). Nesse sentido, o estudo de Braz et al. (2005) indicou ainda que uma relação conjugal satisfatória influencia nas práticas educativas utilizadas com os filhos, na transmissão de amor e segurança a eles e no trabalho con-

junto dos pais nas atividades de educação e cuidado dos filhos.

Embora seja uma função diferenciada e tenha suas particularidades, a coparentalidade é influenciada e influencia tanto aspectos das relações parentais e conjugais quanto aspectos individuais dos membros da família, como as características dos pais. O estudo de Talbot e McHale (2004) mostrou que pais mais flexíveis e mães com maior autocontrole tendem a ter interações coparentais mais harmoniosas, cooperativas, calorosas e centradas nos filhos.

A relação conjugal também afeta e é afetada pela coparentalidade, mesmo em famílias em que ocorreu o divórcio. Grzybowski e Wagner (2010) constataram que após a separação o exercício da coparentalidade é influenciado, principalmente, pelas características da conjugalidade e do vínculo emocional entre pais e filhos. Um bom relacionamento e um afeto positivo com o ex-cônjuge e com os filhos são fatores importantes para uma relação mais satisfatória e colaborativa. Feinberg (2003) apontou que fatores extrafamiliares como o suporte social, questões econômicas e profissionais também influenciam na coparentalidade.

Não há consenso sobre o quanto as formas como os membros da dupla parental vivenciam a coparentalidade estão relacionadas. O estudo de Van Egeren e Hawkins (2004) sugere que as experiências em geral são significativa e positivamente relacionadas, ou seja, quando um cônjuge respeita e apoia o outro, é provável que receba a mesma atitude em troca, o mesmo acontecendo com comportamentos negativos. Esse estudo apontou, ainda, alguns indicadores coparentais como preditores importantes para uma relação conjugal positiva, como a percepção dos pais e mães de suporte e respeito, de que o parceiro está contribuindo, de que o casal está crescendo em função do nascimento do filho e de que está funcionando como uma unidade. As críticas das mães em relação à competência e ao envolvimento dos pais, além disso, parecem ter importante influência na percepção destes sobre suas habilidades e sobre a relação coparental, o que em geral não ocorre com a autopercepção materna.

O estudo de Van Egeren (2004), no entanto, constatou que pais e mães podem experienciar a coparentalidade de maneiras diferentes, já que, em geral, os pais parecem estar mais satisfeitos com a relação coparental do que as mães. As mães tendem a se sentir menos apoiadas do que os pais, quando entendem que fazem

mais tarefas do que esperavam, mas em geral têm percepção mais positiva quando a divisão do trabalho se torna mais próxima às suas expectativas. As experiências de coparentalidade maternas parecem também ser mais vulneráveis a mudanças contextuais e prioritariamente influenciadas pelos sentimentos das mesmas a respeito da relação conjugal. A habilidade de comunicação do pai e suas demonstrações de afeto e apoio se mostraram preditores importantes do quanto tanto os pais como as mães perceberam a relação coparental como positiva.

O compartilhamento dos papéis parentais, embora venha sofrendo modificações ao longo do tempo, ainda se espelha muito nas referências tradicionais, na qual a mãe era a principal responsável pelos cuidados e envolvimento com os filhos, enquanto o pai assumia o sustento da família. Jablonski (2010), em estudo com casais de classe média, constatou que as mulheres ainda assumem a maior parte das tarefas, enquanto a participação masculina em geral é complementar. Há também discrepâncias quanto à percepção da divisão das tarefas, com homens percebendo sua atuação como mais relevante do que foi percebido pelas mulheres. Apesar de as mulheres relatarem realizar mais tarefas do que seus cônjuges, a maioria delas não considerou necessária uma mudança na divisão do trabalho. Outro estudo, com 100 famílias de nível socioeconômico médio, constatou a existência de dois grupos principais no que se refere à divisão das tarefas dos filhos: um no qual a mãe é a principal responsável pela educação da criança e o pai em geral assume seu sustento; e outro no qual as tarefas são igualmente divididas entre ambos (Wagner, Predebon, Mosmann, & Verza, 2005).

A coparentalidade ao longo do desenvolvimento da criança

A criança, ao longo de seu desenvolvimento, apresenta características e necessidades diferenciadas de acordo com a fase em que se encontra, o que influencia na forma como a família se relaciona com ela. O nascimento do primeiro filho e seu primeiro ano de vida retratam a transição da conjugalidade para a parentalidade, momento em que o casal precisa se reorganizar, assumir novos papéis e desempenhar novas tarefas, relacionadas à criação e socialização de uma criança (Carter & McGoldrick, 1995; Minuchin, 1982). A chegada do bebê é um período de instabilidades e incertezas, no qual os pais precisam adquirir

disponibilidades internas e externas para responder às demandas do parceiro e da criança, bem como aprender a negociar os espaços relacionados à criação conjunta deste filho (Prati & Koller, 2011). Os grandes desafios desse período podem provocar, em pais e mães, desgaste físico e emocional, sentimentos ambivalentes e inseguranças, dificuldades que tendem a ser superadas à medida que os pais e mães adquirem experiência e confiança (Martins, 2010). Além disso, a literatura tem destacado que é comum que os pais vão tornando-se mais participativos no relacionamento com os filhos à medida que eles vão crescendo (Bornholdt, Wagner, & Staudt, 2007; Piccinini, Silva, Gonçalves, Lopes, & Tudge, 2012; Seabra & Seidl-de-Moura, 2011), o que também deve impactar a coparentalidade.

Ao longo do desenvolvimento da criança, a família passa por novas transições. O momento de entrada da criança na escola, por exemplo, representa um marco importante em seu ciclo vital. O estudo de Marturano, Trivellato-Ferreira e Gardinal (2009) mostrou que a entrada na primeira série em geral é estressante para as crianças, embora aquelas que frequentaram a Educação Infantil apresentem níveis menores de estresse. No entanto, o início do ensino formal parece ser importante mesmo para crianças que já frequentavam pré-escolas, já que se depararam com novidades relativas ao espaço físico, aos professores, às regras e à rotina, e onde perceberam haver expectativas diferentes, inclusive em relação à alfabetização (Rapoport, Sarmiento, Nörnberg & Pacheco, 2008). Além disso, segundo Bee (1996), o momento de transição da idade pré-escolar para a escolar parece ser o momento da infância média em que as mudanças ocorrem mais rapidamente, como o aumento da responsabilidade e da capacidade de compreender ideias complexas. Estes momentos de transição podem também revelar aspectos importantes do funcionamento das famílias e do desenvolvimento dos filhos. A trajetória das crianças nos anos iniciais da escola, por exemplo, é influenciada pelo funcionamento familiar, havendo mais problemas emocionais e de adaptação em crianças cujas famílias apresentam padrões disfuncionais (Sturge-Apple, Davies, & Cummings, 2012).

As diferentes fases do desenvolvimento infantil, portanto, apresentam grandes e rápidas transformações. Embora os valores parentais tendam a se manter ao longo do tempo, preservando um padrão de relacio-

namento estável, à medida que os filhos crescem as expectativas e regras dos pais tendem a mudar para se adaptar às suas necessidades e habilidades, como o maior uso de explicação e negociação no momento em que a criança amadurece e adquire mais competências e responsabilidades (Marin, Piccinini, & Tudge, 2011). Essas mudanças exigirão que os pais se reorganizem no exercício da coparentalidade. Segundo o estudo de Margolin et al. (2001) a cooperação entre os pais varia de acordo com a idade da criança, havendo a tendência de que os pais percebam necessidade de maior cooperação ao criar filhos pré-escolares do que pré-adolescentes. Considerando a importância destes momentos de transição e as diferenças percebidas em cada estágio da criança, este estudo visa investigar como pais e mães exercem a coparentalidade em dois momentos importantes do ciclo vital: o primeiro e o sexto ano de vida da criança. Por tratar-se de um estudo exploratório (Robson, 1993), não há expectativas *a priori* quanto à direção de possíveis mudanças na coparentalidade.

MÉTODO

Participantes

Participaram deste estudo duas famílias residentes na cidade de Porto Alegre. As famílias selecionadas faziam parte do projeto intitulado “*O impacto da psicoterapia para a depressão materna e para a interação pais-bebê: Estudo longitudinal do nascimento ao segundo ano de vida do bebê – PSICDEMA*” (Piccinini et al., 2003), que acompanhou 22 famílias com mães com depressão pós-parto e cinco famílias como grupo de comparação até o segundo ano de vida da criança. Quando as crianças completaram seis anos, elas foram novamente contatadas para um estudo de *follow up* denominado “*Depressão pós-parto e psicoterapia pais-bebê: estudo de follow up aos 6 anos de vida das crianças*” (Frizzo, Piccinini, Silva & Lopes, 2009). Foi possível recontatar 16 famílias, sendo que dessas, três não quiseram participar do estudo de *follow up*, totalizando, então, 13 famílias. Desse total, foram selecionadas para o presente estudo duas famílias do grupo de comparação, ou seja, aquelas cujas mães não apresentavam indicadores de depressão. A escolha dessas famílias se deu por conveniência, considerando a disponibilidade e o interesse dos participantes.

A Família 1, no primeiro momento, era composta pela esposa, 28 anos, pelo marido, 30 anos, e pela filha, que se encontrava em seu primeiro ano de vida. Um dos cônjuges tinha ainda uma filha de outro casamento, de oito anos de idade. Ambos os cônjuges tinham ensino superior completo e profissão compatível com a escolaridade. No segundo momento a configuração familiar se manteve, mas a profissão do pai passou a exigir viagens frequentes, sendo que ele passava de três a quatro dias por semana longe de casa. A filha mais nova, que anteriormente frequentara a Educação Infantil, nessa época cursava o 1º ano do Ensino Fundamental.

A Família 2, no primeiro momento, era composta pela esposa, 30 anos, pelo marido, 32 anos, e pelo filho, que se encontrava em seu primeiro ano de vida. Ambos os cônjuges tinham ensino superior completo e profissão compatível com a escolaridade. No segundo momento, a família contava com um novo bebê, na época com cinco meses de vida, e o filho mais velho cursava o 1º ano do Ensino Fundamental, embora já tivesse frequentado a Educação Infantil no ano anterior.

Delineamento, Procedimentos e Instrumentos

Foi utilizado um delineamento de estudo de casos coletivo (Stake, 1994) para investigar como a coparentalidade estava sendo vivenciada nas duas famílias, no primeiro e no sexto ano de vida da criança. Optou-se por estes dois momentos por representarem etapas importantes de transição na família – o primeiro ano representa a transição da conjugalidade para a parentalidade, enquanto o sexto ano marca o momento da entrada da criança na escola formal.

As mães responderam à *Entrevista sobre experiência da maternidade* (GIDEP & NUDIF, 2003a), que visava investigar os sentimentos da mãe a respeito da maternidade, e os pais responderam à *Entrevista sobre a experiência da paternidade* (GIDEP & NUDIF, 2003b), que buscava investigar os sentimentos do pai a respeito da paternidade. Ambos responderam também à *Entrevista sobre o relacionamento conjugal* (GIDEP & NUDIF, 2003c), que abordava a qualidade do relacionamento conjugal após o nascimento do bebê, a sexualidade, a comunicação e os sentimentos dos cônjuges em relação ao companheiro. Os instrumentos foram modificados para se adequar aos dois momentos da pesquisa.

O Projeto Longitudinal do qual o presente estudo faz parte foi aprovado por diversos comitês de ética (Hospital de Clínicas de Porto Alegre/ Proc. nº 03-068, de 14.02.2003; Hospital Materno Infantil Presidente Vargas/Proc. nº 05-03, de 02.04.2003; UFRGS/ Proc. nº 200396, de 15.05.2003), tendo sido considerado adequado e metodologicamente de acordo com a resolução 196/96 de Conselho Nacional de Saúde.

RESULTADOS

Todas as entrevistas foram transcritas e posteriormente analisadas através de análise de conteúdo qualitativa (Laville & Dionne, 1999). As categorias foram baseadas em três dos quatro componentes básicos da coparentalidade propostos por Feinberg (2003), que são o apoio/depreciação coparental, o acordo em relação à educação dos filhos, a divisão do trabalho parental e o gerenciamento das interações familiares. Este último componente não foi analisado pela impossibilidade de se obter esse dado a partir dos relatos das entrevistas. As categorias temáticas que nortearam a análise das entrevistas foram as seguintes: (1) *apoio versus depreciação coparental*; (2) *acordo em relação à educação dos filhos*; e (3) *divisão do trabalho parental (divisão das tarefas, responsabilidades e despesas)*¹.

Apoio versus depreciação coparental

Essa categoria se refere a quanto os pais relatam se apoiar nos papéis parentais, valorizando e respeitando as contribuições e decisões um do outro, ou quanto relatam se depreciar, através de críticas, boicote e culpabilização. Nesse aspecto, na Família 1, no primeiro ano de vida do bebê, os pais relataram ser apoiadores. Ambos revelaram ter admiração um pelo outro, valorizando a dedicação e interesse de seu cônjuge pela filha, além de demonstrarem confiança em relação aos cuidados do parceiro com ela. Nesse sentido, o pai destacou sentir mais segurança em função da prévia experiência em maternidade da parceira. O pai valorizava ainda o estímulo oferecido pela parceira para que ele participasse e se aproximasse da filha, o incluindo nos cuidados, aceitando que realizasse as tarefas a seu próprio modo e destacando o quanto a filha gostava do pai. Ainda na Família 1, no sexto ano da criança, percebia-se que o relato de apoio mútuo se mantinha, com as mesmas características de admiração e confiança de ambos os cônjuges. A confiança,

nesse momento, não se referiu apenas aos cuidados com a filha, mas também a aspectos da educação.

Na Família 2, no primeiro ano do bebê, o pai demonstrava admiração pela parceira, considerando-a uma mãe atenciosa e carinhosa, apesar de algumas discordâncias. A mãe, por sua vez, reclamou da pouca participação e envolvimento do pai com o filho, embora tenha comentado que se sentia insegura em relação aos cuidados do marido com o bebê, sendo muito crítica quando ele realizava as tarefas. O pai, possivelmente em função dessas críticas, disse sentir-se pouco apoiado a lidar com o filho a seu próprio modo. Ele relatou que tanto ele quanto a parceira estavam mais críticos e impacientes um com o outro desde o nascimento do filho. Nesta família, aos seis anos da criança, a mãe relatou valorizar mais a atuação do parceiro, considerando-o um ótimo pai. O pai a descreveu como uma mãe atenciosa, afetuosa, atenta e firme, mas muito exigente em alguns aspectos. Ele ainda a considerava bastante crítica e sentia que ela depreciava algumas de suas escolhas. A mãe novamente admitiu ser crítica e não confiar totalmente nos cuidados do pai com o filho, considerando necessário supervisioná-los. Apesar de compreender que o pai poderia se sentir acuado por essa atitude, se disse incomodada por ele não tomar decisões relativas ao filho sozinho.

Acordo em relação à educação dos filhos

Essa categoria se refere ao acordo ou desacordo dos pais em diferentes pontos relacionados à educação dos filhos, como valores morais, expectativas comportamentais, disciplina, prioridades educacionais e padrões de atendimento às necessidades da criança, tanto físicas quanto emocionais. Na Família 1, no primeiro ano do bebê, os pais apontaram que em geral existia acordo em relação à forma de educar a filha, sendo que em caso de discórdia o casal normalmente conseguia chegar a um consenso ou agir com flexibilidade. No segundo momento, o acordo em relação à criação dos filhos se manteve e o pai relatou que ambos tinham as mesmas preocupações em relação às crianças. O pai destacou que o casal conversava muito sobre a educação dos filhos e confiava um no outro em relação a isso.

Na Família 2, no primeiro ano de vida do bebê, os pais destacaram alguns pontos de desacordo do dia a dia, especialmente quanto à alimentação e hora do

banho. A mãe referiu evitar discutir em frente ao bebê, enquanto o parceiro considerava que nada deveria ser escondido do filho. Aos seis anos da criança, a mãe considerava que não havia grandes desacordos no que se referia à educação. Percebia, entretanto, que o pai tendia a apresentar um padrão de cuidado extremo com o filho, enquanto ela pensava que se podia dar mais espaço à criança. A questão da alimentação se manteve, com o pai criticando que a esposa impusesse que o filho se alimentasse. O pai considerava importante que tudo fosse muito bem explicado e conversado com o filho, enquanto a mãe considerava que, às vezes, o pai exagerava nas explicações.

Divisão do trabalho parental

Essa categoria se refere a como os pais dividem tarefas e responsabilidades relacionadas aos filhos e à manutenção da casa, bem como responsabilidades financeiras relativas aos filhos. Considera-se também a flexibilidade das combinações, as expectativas e a satisfação dos pais em relação a essa divisão. Na Família 1, no primeiro momento, a divisão das tarefas ocorreu naturalmente, de acordo com a necessidade e possibilidade dos pais. Os pais relataram que procuravam trabalhar em cooperação, se revezando e auxiliando um ao outro sempre que percebiam a necessidade, e que o trabalho era dividido de forma equilibrada, com ambos realizando todas as atividades relacionadas à filha, exceto a amamentação. Como a família tinha também uma menina mais velha, do casamento anterior de um dos cônjuges, muitas vezes o casal se dividia para que cada um atendesse a uma das crianças. Nesta família, aos seis anos da criança, foram necessárias mudanças na divisão do trabalho parental, já que o pai passou a se ausentar alguns dias da semana em função de sua profissão. Nesse momento, a mãe assumia todos os cuidados no período em que o pai estava viajando e o pai assumia praticamente todas as tarefas nos dias em que estava presente, embora a mãe auxiliasse quando necessário.

Na Família 2, no primeiro ano do bebê, a mãe trabalhava e estudava, o pai estava concluindo uma graduação e a família contava com a ajuda de uma babá. Apesar desse auxílio, a mãe se dizia sobrecarregada com os cuidados do bebê, por sentir pouco apoio do parceiro. Segundo ela, o pai a auxiliava bastante, mas nunca cuidava do filho sozinho, o que a levava a considerá-lo pouco participativo e envolvido com o filho. O pai admitiu passar menos tempo com o filho do que

gostaria, em função da alta exigência da faculdade, mas disse assumir alguns cuidados em relação a ele, especialmente à noite. Revelou também que em alguns momentos tinha dificuldade em assumir o filho por perceber-se incapaz de acalmá-lo quando este chorava. Em compensação, disse apoiar totalmente a esposa, realizando todas as demais tarefas domésticas. O pai percebia que sua parceira era bastante ativa e assumia muitos cuidados do filho, mas apontou que ela tendia a exigir muito auxílio, mesmo que provavelmente não precisasse. No sexto ano de vida do filho, na Família 2, a mãe apontou que em geral ela se dedicava mais a tarefas relacionadas à alimentação, higiene e escola, enquanto o pai ficava com a parte de lazer e brincadeiras. Alguns meses antes da entrevista, entretanto, com o nascimento do segundo filho do casal, a divisão das tarefas teve que sofrer mudanças, sendo que o pai passou a se dedicar mais ao filho mais velho e a mãe ao bebê.

Em relação às responsabilidades financeiras, na Família 1, tanto no primeiro quanto no segundo momento analisados, as despesas eram tratadas de forma conjunta. Aos seis anos da criança, no entanto, a mãe apontou que por questão de organização, em geral o pai se responsabilizava por despesas maiores, como o pagamento da escola, e a mãe pelas menores, como vestuário, mas sem rigidez. Na Família 2, no primeiro ano do bebê, o casal trouxe informações divergentes em relação à divisão das despesas com o filho. A mãe declarou assumir todas as despesas, já que seu parceiro não estava trabalhando. O pai, por sua vez, garantiu que tinha uma reserva de dinheiro da época em que estava empregado, conseguindo se responsabilizar por metade das despesas. Aos seis anos da criança, ambos concordaram que as despesas eram assumidas pelos dois, sem divisão rígida dos ganhos e gastos do casal.

Síntese

É possível observar que na Família 1 o padrão de relacionamento se manteve bastante semelhante nas duas fases. O pai, que era participativo quando a filha ainda era bebê, conseguiu manejar a rotina para continuar desempenhando ativamente seu papel parental no segundo momento, apesar de distante parte da semana. Percebe-se que este padrão se estabeleceu tanto pelo interesse do pai como pelo estímulo da mãe. A confiança e a admiração entre o pai e a mãe da Família 1, no que se refere aos papéis parentais, se mantiveram nos dois momentos. No primeiro ano do bebê,

no entanto, essa confiança dizia respeito principalmente a cuidados práticos com a criança, enquanto no segundo momento ocorreu uma valorização das questões educativas e do exemplo oferecido. Em ambos os momentos os pais revelaram que em geral concordavam na educação da filha e manejavam bem os desacordos.

Na Família 2, houve uma mudança maior em relação ao padrão coparental entre os dois momentos. Na primeira fase, a mãe se mostrou menos satisfeita com a participação do parceiro, sentindo-se sobrecarregada com os cuidados do filho. O pai admitiu ser menos participativo, sendo muito dependente da parceira no que se referia aos cuidados com o filho. Aos seis anos da criança, entretanto, ambos se mostraram mais satisfeitos com a divisão das tarefas. Apesar de algumas tarefas ainda serem de responsabilidade apenas da mãe, como certos cuidados com higiene e alimentação, o pai conseguiu assumir uma área bem importante da vida do filho, referente aos momentos de lazer. Nos dois momentos, a mãe se mostrou crítica e pouco confiante na atuação do pai, mas, no segundo momento, demonstrou valorizá-lo mais. Em relação à educação dos filhos, desacordos foram referidos nos dois momentos. Alguns pontos se mantiveram, como a divergência em relação à alimentação da criança, mas o conteúdo das divergências se modificou ao longo do tempo.

DISCUSSÃO

Em relação ao apoio/depreciação coparental, na Família 1 o apoio entre os pais se manteve semelhante nos dois momentos, com características de valorização, admiração e confiança entre os pais. Como apontaram Van Egeren e Hawkins (2004), parece existir uma relação positiva entre as experiências de coparentalidade dos pais e mães, sendo que quando um cônjuge respeita e apoia o outro, é provável que receba a mesma atitude em troca. Percebe-se na Família 1, entretanto, uma mudança nos aspectos valorizados pelo pai na atuação da esposa, o que pode refletir uma modificação da percepção dos pais sobre o que é importante na criação das crianças. No primeiro ano de vida é provável que a confiança no cônjuge em relação aos papéis parentais diga respeito, principalmente, aos cuidados básicos com o bebê, como alimentação e higiene. Já aos seis anos, aumenta a demanda em termos de educação, o que promove uma maior valoriza-

ção de aspectos como comunicação e socialização, ensino de valores morais, obediência e desenvolvimento intelectual.

Na Família 2, embora tenham ocorrido mudanças na relação coparental ao longo do desenvolvimento da criança, especialmente quanto à valorização da atuação do pai no segundo momento, outras características relativas ao apoio/depreciação no casal se mantiveram. É visível, portanto, que embora algumas características da relação coparental se modifiquem, outras tendem a ser mais estáveis, nesse caso, a da mãe ser exigente e crítica. Segundo Talbot e McHale (2004), essas características individuais têm grande influência na relação coparental. O estudo destes autores aponta ainda que a flexibilidade paterna é preditora de boa coparentalidade, mas no caso da Família 2 essa característica não parece ter sido suficiente para a manutenção de uma relação coparental harmoniosa. Em relação às atitudes dos membros da díade parental, embora Van Egeren e Hawkins (2004) apontem que estas tendam a ser positivamente relacionadas, na Família 2 se percebe situação diferente: mesmo confiando e apoiando sua parceira, o pai não recebia a mesma atitude em troca. Na Família 2, no primeiro ano da criança, vemos que o pai se mostrava inseguro em relação aos cuidados de seu bebê, considerando-se incapaz de acalmá-lo em alguns momentos e necessitando do auxílio da esposa. A esposa, apesar de desejar que o pai participasse e se envolvesse mais com o filho, parece ter alimentando sua insegurança, já que admitia ser crítica, exigente e ter pouca confiança em relação à sua atuação, o que pode ter acabado afastando-o. Essa situação é semelhante ao que observaram McBride e Rane (1998) em seu estudo, em que descreveram que quando a mãe confia nas habilidades parentais do pai, este tende a se envolver mais e ser mais responsável com os filhos. No caso da Família 1, é provável que a intensa dedicação e envolvimento do pai com a filha sejam explicados tanto pelo interesse do pai quanto pelo apoio da mãe.

O pai da Família 2 relatou ainda que após o nascimento do filho tanto ele quanto a esposa se tornaram mais críticos e intolerantes um com o outro. Essa nova forma de interação parece se referir também a um processo de reorganização familiar. A mudança de papéis exigida na transição para a parentalidade muitas vezes é enfrentada com dificuldade, podendo gerar conflitos entre o casal em relação aos cuidados e res-

ponsabilidades (Carter & McGoldrick, 1995) e ter impacto negativo na relação conjugal (Belsky, Spanier, & Rovine, 1983). Parece ser necessário considerar o significado desse momento para cada uma das famílias. No presente estudo, podemos pensar na hipótese de que a Família 1, por ter uma experiência prévia de parentalidade (mesmo que a criança fosse filha de apenas um dos cônjuges), poderia estar mais preparada e organizada para a vinda dessa nova criança, o que explicaria o menor grau de conflitos relatados em comparação com a Família 2.

Na questão do acordo em relação à educação dos filhos, na Família 1 os pais apontaram, nos dois momentos, que em geral existia acordo. O pai relatou, no segundo momento, que o casal costumava conversar sobre estas questões, que normalmente conseguiam resolver as divergências e que confiavam um no outro. A comunicação e a confiança entre o casal, nesse caso, parecem facilitar os acordos, bem como auxiliar na resolução de conflitos. Na Família 2 são relatados alguns desacordos nos dois momentos, como em relação à alimentação ou à forma de lidar com o filho. Os desacordos relativos à alimentação, inclusive, parecem ser comuns entre os pais (Braz et al., 2005). Percebe-se, entretanto, que mesmo havendo discórdias, estas não eram significativas a ponto de causarem conflitos maiores. O mesmo estudo de Braz et al. (2005), ao investigar os valores que os pais consideram mais importantes a serem transmitidos aos filhos, constatou que para as mães, respeito, afetividade e obediência são os valores mais importantes, enquanto os pais priorizam a transmissão de valores morais e o estímulo aos estudos. Podemos cogitar, portanto, que os desacordos percebidos na Família 2, embora relevantes, não produziam conflitos graves justamente por não serem valores considerados centrais pelos pais. Além disso, podemos compreender que o mais importante não é ausência de conflitos, mas sim a forma como eles podem ser resolvidos (Walsh, 2002). Segundo essa autora, casais ditos saudáveis têm mais facilidade de identificar e resolver os problemas, além de apresentarem mais sentimentos de confiança, tolerância em relação às diferenças e abertura para experimentar novas soluções, o que talvez seja característico dos casos aqui apresentados, especialmente na Família 1.

Em relação à divisão do trabalho parental, na Família 2 é relatado aumento da participação do pai no sexto ano da criança, bem como maior satisfação da

mãe. Sobre este aspecto, pode-se considerar a segurança do pai para lidar com o filho e sua identificação com as tarefas, em cada fase. As necessidades da criança mudam ao longo de seu desenvolvimento, exigindo também mudanças nas práticas parentais (Marin et al., 2011). No primeiro ano de vida, o bebê é um ser frágil e totalmente dependente dos cuidadores. Aos seis anos, a criança se apresenta mais autônoma e apta a diversas atividades e formas de interação, em função das mudanças ocorridas nessa fase em termos de responsabilidade, capacidade de compreensão e comunicação (Bee, 1996). Tendo em vista que as necessidades e habilidades da criança se modificam à medida que ela cresce e que alguns pais e mães se identificam mais com determinados tipos de tarefas e interações, podemos compreender que a atuação em cada fase da vida do filho possa também ser diferente, provocando reorganização da divisão das tarefas.

O estudo de Piccinini et al. (2012) mostrou que, embora os pais estejam se envolvendo mais nas atividades de interação e cuidados com os bebês em seus primeiros meses de vida, um número expressivo deles refere dificuldades no desempenho destas tarefas nesse momento, revelando sentimentos de inexperiência e inadequação. Seabra e Seidl-de-Moura (2011) relataram também uma menor participação dos pais nos primeiros meses de vida, havendo maior envolvimento à medida que a criança cresce. Estudos já constataram a frequente preferência dos pais por realizar atividades de lazer com os filhos (Crepaldi, Andreani, Hammes, Ristof, & Abreu, 2006; Seabra & Seidl-de-Moura, 2011), atuação mais demandada por crianças de idade pré-escolar, e que o pai da Família 2 afirmou realizar com prazer.

Além do desenvolvimento infantil em si, cogitou-se que a entrada na escola poderia também refletir nas relações familiares, por ser um marco de transição importante (Rapoport et al., 2008). Os relatos, no entanto, não revelaram questões significativas relacionadas ao ingresso escolar. Como ambas as crianças já frequentavam creches antes da entrada na escola formal, é possível que o estresse e possíveis dificuldades de adaptação ao primeiro ano tenham sido minimizados (Marturano et al., 2009). No entanto, ficaram marcantes no estudo como as questões desenvolvimentais afetam não apenas a coparentalidade como a parentalidade de forma geral.

Além do interesse dos pais e de sua confiança sobre suas próprias habilidades em relação aos cuidados da criança, outro fator determinante da divisão de tarefas são as reais possibilidades dos pais proverem as necessidades dos filhos, caso da amamentação, situação relatada por ambos os pais. Percebe-se que, nesse caso, duas questões podem surgir: a mãe pode se sentir sobrecarregada, por ter total responsabilidade sobre a alimentação do bebê, bem como o pai pode se sentir excluído por não ter a chance de participar deste momento. Esse sentimento de exclusão foi relatado por Brazelton e Cramer (1992). Os autores lembram que a gravidez da parceira e a chegada do filho provocam sentimentos ambivalentes nos pais, como sensação de exclusão, abandono ou até mesmo rivalidade ou hostilidade em relação a ela e ao bebê. Esses sentimentos, associados ao receio de não serem capazes de prover proteção e cuidado ao filho, podem levar os pais a se distanciarem em seu papel parental, o que pode ter ocorrido com o pai da Família 2 no primeiro ano do filho. Além das questões particulares do casal, é evidente que tanto a cultura quanto a literatura sempre deram ênfase à relação mãe-bebê. Podemos visualizar essa questão na consulta realizada na base de dados WebScience, que identificou 1.740 artigos relativos ao assunto “a gravidez e a mãe”, enquanto somente 145 artigos abordavam o tema “a gravidez e o pai” (Bornholdt et al., 2007). A crença de que a mãe é mais habilidosa e importante para a criança nesse primeiro ano certamente influencia a forma como o pai vai se inserir nessa relação. Bornholdt et al. (2007) constataram que os pais, mesmo desejando participar ativamente da gestação e desenvolvimento dos filhos, relataram momentos de exclusão nesse período, justificando esse fato com questões relacionadas às diferenças de gênero, como a maior facilidade das mulheres no cuidado com os filhos e a necessidade dos homens se voltarem mais ao trabalho.

Algumas características dos relacionamentos na Família 2 podem ainda estar relacionadas a questões situacionais de cada uma das fases analisadas. No primeiro momento o pai não trabalhava, o que pode ter propiciado sua desvalorização tanto pela percepção da esposa quanto dele próprio. Essa hipótese poderia explicar a discrepância nos relatos sobre a divisão das despesas, nos quais o pai afirmou contribuir financeiramente, enquanto a mãe apontou assumir todas as despesas sozinha. Nesse caso, a desvalorização do pai pode ter influenciado tanto a percepção da mãe sobre

sua participação no trabalho parental, como o real envolvimento do pai com o filho. Este é um exemplo de como questões extrafamiliares, como as relacionadas à profissão, podem influenciar na coparentalidade (Feinberg, 2003). Embora estudos mostrem que a divisão do trabalho parental ainda seja muito próxima às referências tradicionais, nas quais o pai era o principal responsável pelo sustento da família, enquanto a mãe assumia mais tarefas relativas aos filhos (Jablonski, 2010; Wagner et al., 2005), as famílias entrevistadas no presente estudo apresentaram padrões diferenciados, com pais mais participativos e envolvidos com os filhos. Importante destacar que nessas famílias ambos os membros do casal trabalhavam e auxiliavam financeiramente no sustento da família. Essa parece ser uma tendência atual, que o trabalho parental e doméstico passe a ser mais dividido entre o casal, inclusive pelo crescimento do número de mulheres no mercado de trabalho (Wagner et al., 2005).

De modo geral, embora na Família 2 tenham se percebido alguns desacordos, críticas e insatisfação com a divisão de tarefas, especialmente no primeiro momento, percebe-se que no segundo momento os pais se mostraram mais organizados e satisfeitos com a divisão do trabalho, além de valorizarem mais a atuação um do outro. Na Família 1, a satisfação com a divisão do trabalho e o apoio mútuo estiveram sempre presentes. Van Egeren e Hawkins (2004) apontaram que alguns aspectos positivos da relação coparental refletem na qualidade da relação conjugal. É provável que a coparentalidade de caráter mais positivo, observado nas duas famílias aos seis anos da criança, tenha sido influenciada e tenha também influenciado em uma relação conjugal mais satisfatória. Esse aspecto pode explicar porque ambos os casais permanecem juntos anos depois do nascimento dos filhos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos dois casos analisados, percebe-se que os fatores relacionados à coparentalidade podem tanto sofrer mudanças como se manter estáveis ao longo do desenvolvimento da criança. Aspectos relacionados às características individuais dos pais tendem a se manter nas diferentes fases, como a tendência a criticarem ou valorizarem as atuações um do outro. Podem, entretanto, ocorrer mudanças na relação coparental em função das diferentes necessidades e habilidades das crianças à medida que crescem, exigindo também

diferentes capacidades dos pais e mães. A participação e a responsabilização dos genitores sobre os filhos, portanto, são influenciadas por muitos aspectos: suas habilidades e sua segurança para realizar as tarefas, o interesse em se envolver na criação dos filhos, o espaço que encontram na relação para se inserir, o apoio do outro membro parental.

Para finalizar, cabe ressaltar algumas potencialidades e limitações desse estudo. Entre os pontos fortes, pode-se considerar a realização de entrevistas com ambos os membros do casal, captando as diferentes percepções do pai e da mãe, o que possibilita a triangulação dos dados e uma compreensão mais ampla do caso. O fato de ser um estudo longitudinal enriquece também este trabalho, especialmente por haver poucos estudos desse tipo a respeito da coparentalidade. Em contrapartida, é importante salientar como limitação o fato de os dois casos analisados apresentarem configurações familiares diferenciadas. Embora as entrevistas realizadas neste estudo não sejam especificamente sobre coparentalidade, considerou-se que elas possibilitaram o acesso a esse construto e geraram resultados relevantes. Na literatura há várias outras formas que podem ser utilizadas para acessar o construto *coparentalidade*, como através de escalas (Feinberg, Brown, & Kan, 2013; Lamela, Nunes-Costa, & Figueiredo, 2010), sistemas de observação (McHale, Kuersten-Hogan, & Lauretti, 2001), entrevistas (Schmidt, 2008; Silva, 2013) ou mesmo grupos focais (Grzybowski & Wagner, 2010). Novos estudos poderiam, ainda, considerar a satisfação conjugal nas famílias, relacionando este aspecto com características da relação coparental, bem como comparar a relação coparental de casais que se separam com a relação coparental de casais que permanecem juntos. Seria também interessante considerar as características individuais dos filhos, avaliando possíveis influências destas características na coparentalidade, bem como as repercussões da relação coparental no desenvolvimento dos filhos. Considera-se importante, portanto, a produção de mais estudos sobre a temática da coparentalidade, considerando a relevância deste subsistema familiar para o desenvolvimento saudável da família e para o desenvolvimento cognitivo e social dos filhos (Cabrera, Scott, Fagan, Steward-Streng & Chien, 2012; Cheng et al., 2009).

REFERÊNCIAS

- Bee, H. (1996). *A criança em desenvolvimento*. Tradução de M. A. V. Veronese. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Belsky, J., Spanier, G., & Rovine, M. (1983). Stability and change in marriage across the transition to parenthood. *Journal of Marriage and the Family*, 45(3), 567-577.
- Bornholdt, E. A., Wagner, A. & Staudt, A. C. P. (2007). A vivência da gravidez do primeiro filho à luz da perspectiva paterna. *Psicologia Clínica*, 19(1), 75-92.
- Braz, M. P., Dessen, M. A. & Silva, N. L. P. (2005). Relações Conjugais e Parentais: Uma Comparação entre Famílias de Classes Sociais Baixa e Média. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 18(2), 151-161.
- Brazelton, T. B., & Cramer, B. G. (1992). *As primeiras relações*. São Paulo: Martins Fontes.
- Buckley, C. K., & Schoppe-Sullivan, S. J. (2010). Father involvement and coparenting behavior: Parents' nontraditional beliefs and family earner status as moderators. *Personal Relationships*, 17(3), 413-431.
- Cabrera, N. J., Scott, M., Fagan, J., Steward-Streng, N., & Chien, N. (2012). Coparenting and children's school readiness: a mediational model. *Family Process*, 51(3), 307-324.
- Carter, B., & McGoldrick, M. (1995). *As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Cheng, S., Maeda, T., Tomiwa, K., Yamakawa, N., Koeda, T., Kawai, M. et al. (2009). Contribution of parenting factors to the developmental attainment of 9-month-old infants: Results from the Japan children's study. *Journal of Epidemiology*, 19(6), 319-327.
- Crepaldi, M. A., Andreani, G., Hammes, P. S., Ristof, C. D. & Abreu, S. R. (2006). A participação do pai nos cuidados da criança, segundo a concepção das mães. *Psicologia em Estudo*, 11(3), 579-587.
- Erel, O. & Burman, B. (1995). Interrelatedness of Marital Relations and Parent-Child Relations: A Meta-Analytic Review. *Psychological Bulletin*, 118(1), 108-132.
- Feinberg, M. E. (2003). The internal structure and ecological context of coparenting: A framework for research and intervention. *Parenting: Science and Practice*, 3(2), 95-131.
- Feinberg, M. E., Brown, L. D., & Kan, M. L. (2013). A Multi-Domain Self-Report Measure of Coparenting. *Parent Science and Practise*, 12(1), 1-23.
- Feinberg, M. E., Kan, M. L., & Hetherington, E. M. (2007). The Longitudinal Influence of Coparenting Conflict on Parental Negativity and Adolescent Maladjustment. *Journal of Marriage and Family*, 69(3), 687-702.
- Frizzo, G., Kreutz, C., Schmidt, C., Piccinini, C., & Bosa, C. (2005). O conceito de coparentalidade e suas implicações para a pesquisa e para a clínica. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*, 15, 84-94.
- Frizzo, G. B., Piccinini, C. A., Silva, M. R., & Lopes, R. C. S. (2009). *Depressão pós-parto e psicoterapia pais-bebê: estudo de follow up aos 6 anos de vida das crianças*. Projeto de pesquisa não publicado.
- Grzybowski, L. S., & Wagner, A. (2010). Casa do Pai, Casa da Mãe: A Coparentalidade após o Divórcio. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(1), 77-87.
- Grupo de Pesquisa em Infância, Desenvolvimento e Psicopatologia, & Núcleo de Infância e Família. (2003a). *Entrevista sobre experiência da maternidade*. Manuscrito não publicado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Psicologia, Porto Alegre, RS.
- Grupo de Pesquisa em Infância, Desenvolvimento e Psicopatologia, & Núcleo de Infância e Família. (2003b). *Entrevista sobre experiência da paternidade*. Manuscrito não publicado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Psicologia, Porto Alegre, RS.
- Grupo de Pesquisa em Infância, Desenvolvimento e Psicopatologia, & Núcleo de Infância e Família. (2003c). *Entrevista sobre relacionamento conjugal*. Manuscrito não publicado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Psicologia, Porto Alegre, RS.
- Hill, J., Wren, B., Alderton, J., Burck, C., Kennedy, E., Senior, R. et al. (2011). The application of a domains-based analysis to family processes: implications for assessment and therapy. *Journal of Family Therapy*. DOI: 10.1111/j.1467-6427.2011.00568.x
- Jablonski, B. (2010). A divisão de tarefas domésticas entre homens e mulheres no cotidiano do casamento. *Psicologia: ciência e profissão*, 30(2), 262-275.
- Lamela, D., Nunes-Costa, R., & Figueiredo, B. (2010). Modelos teóricos das relações coparentais: revisão crítica. *Psicologia em Estudo*, 15(1), 205-216.
- Laville, C., & Dionne, J. (1999). *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- Margolin, G., Gordis, E. B. & John, R. S. (2001). Coparenting: A Link Between Marital Conflict and Parenting in Two-Parent Families. *Journal of Family Psychology*, 15(1), 3-21.
- Marin, A. H., Piccinini, C. A., & Tudge, J. R. H. (2011). Estabilidade e Mudança nas Práticas Educativas Maternas e Paternas ao Longo dos Anos Pré-Escolares da Criança. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 24(1), 71-79.
- Martins, C. A. (2010). A transição no exercício da parentalidade durante o primeiro mês de vida da criança: constatando um mundo desconhecido e avassalador. *Redes de Conhecimento em Enfermagem de Família*, 59-71. Recuperado em 30 setembro, 2013, de http://www.esenf.pt/fotos/editor2/redes_de_conhecimento_enfermagem_de_familia.pdf

- Marturano, E. M., Trivellato-Ferreira, M. C., & Gardinal, E. C. (2009). Estresse Cotidiano na Transição da 1ª Série: Percepção dos Alunos e Associação com Desempenho e Ajustamento. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 22(1), 93-101.
- McBride, B. A., & Rane, T. R. (1998). Parenting alliance as a predictor of father involvement: An exploratory study. *Family Relations: Interdisciplinary Journal of Applied Family Studies*, 47(3), 229-236.
- McHale, J., Kuersten-Hogan, R., & Lauretti, A. (2001). Evaluating coparenting and family-level dynamics during infancy and early childhood: The Coparenting and Family Rating System. In: P. Kerig, & K. Lindahl (Ed.), *Family observational coding systems: Resources for systemic research* (pp. 147-166). Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Menezes, C. C., & Lopes, R. C. S. (2007). Relação conjugal na transição para a parentalidade: gestação até dezoito meses do bebê. *Psico-USF*, 12(1), 83-93.
- Minuchin, S. (1982). *Famílias: funcionamento & tratamento*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Minuchin, S., & Fishman, H. C. (1990). Famílias. In: *Técnicas de terapia familiar*. (C. Kinsch e M. E. R. F. Maia, Trans.) (pp.21-36). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Mosmann, C., & Wagner, A. (2008). Dimensiones de la conyugalidad y de la parentalidad: un modelo correlacional. *Revista Intercontinental de Psicología y Educación*, 10(2), 79-103.
- Piccinini, C., Prado, L., Lopes, R., Schwengber, D., Alfaya, C., Frizzo, G. et al. (2003). *O impacto da psicoterapia para a depressão materna e para a interação pais-bebê: Estudo longitudinal do nascimento ao segundo ano de vida do bebê*. Manuscrito não publicado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Psicologia, Porto Alegre, RS.
- Piccinini, C. A., Silva, M. R., Gonçalves, T. R., Lopes, R. C. S., & Tudge, J. (2012). Envolvimento paterno aos três meses de vida do bebê. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 28(3), 303-314.
- Prati, L. E., & Koller, S. H. (2011). Relacionamento conjugal e transição para a coparentalidade: perspectiva da psicologia positiva. *Psicologia Clínica*, 23(1), 103-118.
- Rapoport, A., Sarmento, D. F., Nörnberg, M., & Pacheco, S. M. (2008). Adaptação de crianças ao primeiro ano do Ensino Fundamental. *Educação*, 31(3), 268-273.
- Robson, C. (1993). *Real World Research: A Resource for Social Sciences and Practitioner-Researchers*. Oxford: Blackwell.
- Schmidt, C. (2008). *Coparentalidade em famílias de adolescentes com autismo e comportamento agressivo*. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.
- Seabra, K. C., & Seidl-de-Moura, M. L. (2011). Cuidados paternos nos primeiros três anos de vida de seus filhos: um estudo longitudinal. *Interação em Psicologia*, 15(2), 135-147.
- Silva, I. M. (2013). *O desenvolvimento da relação do casal durante a transição para a parentalidade no contexto da reprodução assistida: um estudo longitudinal da gestação ao primeiro ano de vida do bebê*. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.
- Stake, R. E. (1994). Case studies. In: N. Denzin & Y. Lincoln (Orgs.), *Handbook of qualitative research* (pp. 236-247). London: Sage.
- Sturge-Apple, M. L., Davies, P. T., & Cummings, E. M. (2012). Typologies of Family Functioning and Children's Adjustment During the Early School Years. *Child Development*, 81(4), 1320-1335.
- Talbot, J. A., & McHale, J. P. (2004). Individual Parental Adjustment Moderates the Relationship Between Marital and Coparenting Quality. *Journal of Adult Development*, 11(3), 191-205.
- Van Egeren, L. A. (2004). The development of the coparenting relationship over the transition to parenthood. *Infant Mental Health Journal*, 25(5), 453-477.
- Van Egeren, L. A., & Hawkins, D. P. (2004). Coming to Terms With Coparenting: Implications of Definition and Measurement. *Journal of Adult Development*, 11 (3), 165-178.
- Wagner, A., Predebon, J., Mosmann, C., & Verza, F. (2005). Compartilhar Tarefas? Papéis e Funções de Pai e Mãe na Família Contemporânea. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 21(2), 181-186.
- Walsh, F. (2002). Casais saudáveis e casais disfuncionais: qual a diferença? In: Andolfi, M. (Org.). *A crise do casal - uma perspectiva sistêmico-relacional* (pp.13-28). Porto Alegre: Artmed.

Recebido em: 29/12/2012
Última alteração em: 27/09/2013
Aceito em: 07/02/2014

Notas:

¹ Não se utilizou vinhetas neste artigo a fim de preservar a confidencialidade das entrevistas. Visa-se, dessa forma, evitar a identificação dos casais nas falas, considerando que as entrevistas foram realizadas em separado (Hill et al., 2011).

* Agradecimento ao apoio financeiro do CNPq (projeto 400733/2010-2).